



**LARISSA GUADALUPE FREIRE**

**O TRABALHO REPRODUTIVO FRENTE ÀS RELAÇÕES DE PODER: a mulher na história, na família e no capitalismo.**

**LAVRAS – MG  
2022**

**LARISSA GUADALUPE FREIRE**

**O TRABALHO REPRODUTIVO FRENTE ÀS RELAÇÕES DE PODER: a mulher na história, na família e no capitalismo.**

Artigo apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso III, para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

Prof. Dr. Daniel Teixeira Silva (orientador)

**LAVRAS – MG  
2022**

## RESUMO

Este artigo traz reflexões sobre o trabalho reprodutivo e sua análise a partir da história, família e capitalismo. Analisa a relação entre estes a partir das principais teóricas da reprodução social, bem como outras autoras feministas sobre a temática. Comparou-se, de maneira separada, através de uma revisão bibliográfica, os textos principais de Selma James, Mariarosa Dalla Costa e Silvia Federici. Encontrou-se e foi confirmada a essencialidade de se reivindicar um salário para o trabalho reprodutivo, bem como a urgência em se lutar por novas formas de organização social, que valorizem as mulheres e modos não capitalistas de vida. Novos estudos precisam ser feitos para se melhor explorar e especificar sobre o trabalho reprodutivo e seus efeitos no Brasil, local onde esse trabalho foi realizado.

**Palavras-chave:** Reprodução social; feminismo; Capital; exploração.

## 1. INTRODUÇÃO

Desobedecer é inventar a vida-  
Debora Diniz

O presente artigo, estruturado através da análise sobre o trabalho reprodutivo e as relações de poder, busca se unir às mulheres que desobedecem às determinações da história, da família e do capitalismo, e negam que o trabalho reprodutivo seja inerente e indissociável ao feminino. A socióloga Helena Hirata pontua que ainda a família é predominantemente o local do cuidado, em que a mulher é a maior responsável por esta tarefa (HIRATA, 2016, p.60). Nesse sentido, é buscado na história, não apenas a história da dominação das mulheres e seu silenciamento, mas como às mulheres resistiam e criavam redes de solidariedade contra o isolamento do ambiente doméstico. O mercado formal de trabalho e sua divisão com homens também é relatado no artigo, bem como o interesse de parte dos homens em industriais em as manter dentro de casa, por sua presença ser uma ameaça ao “salário do marido” que, por muito tempo, era o único salário para toda família.

A família, dando prosseguimento na análise, será revista. A função da mulher na administração da casa e o trabalho de cuidado fazem com que estas, de maneira insurgente, deem início ao movimento *Wages for Housework*, em que mulheres reivindicavam salários pela realização do trabalho doméstico. Tal salário, como esclarecem Silvia Federici, Selma James e Mariarosa Dalla Costa, não é uma contribuição pelo trabalho doméstico, mas o ponto de partida para uma revolução contra a invisibilização do trabalho reprodutivo. As feministas que produzem a teoria da reprodução social, como será tratado no ponto três, não negam às contribuições marxistas, mas possuem certeza de que elas precisam ser revistas. Um dos principais pontos, portanto, é compreender o trabalho reprodutivo como também produtivo, visto que sem esse o capitalismo não conseguiria sua mão de obra para explorar e, muito menos, suas altas margens de lucro.

Por fim, no ponto quatro, será explorado a relação do capitalismo com o trabalho reprodutivo. Sempre objetivando maiores lucros e a exploração da classe trabalhadora, é evidenciado como os ajustes estruturais realizados nos países do sul-global, que ocasionam a nova divisão internacional do trabalho, impactam e tornam precária as possibilidades de sobrevivência das mulheres. Outro aspecto trazido será como sempre a crise recai mais drasticamente na mulher, que tem de aumentar sua jornada de trabalho formal e ainda ter que dar conta do orçamento doméstico e das demandas familiares. Desse modo, a luta pelo fim do trabalho reprodutivo será afirmada como uma luta por modos comunitários de vida.

Para a realização desse trabalho foi-se utilizada a revisão bibliográfica de textos das principais teóricas da reprodução social, bem como outros trabalhos de feministas a fim de encontrar e mapear o diálogo e convergência entre às críticas das autoras. Como conclusões, foi constatado a necessidade de se acabar com o trabalho reprodutivo e sua exploração contra as mulheres, além de que a luta pelo fim deste passa pelo fim das formas capitalistas de produção e reprodução.

## **2. A MULHER NA HISTÓRIA: ou a reprodução como o “avesso do mesmo lugar”**

Rio de Janeiro, carnaval de 2018. A escola de samba Estação Primeira de Mangueira trouxe em seu samba-enredo a urgência da reivindicação de uma outra história, a “história que a história não conta”. Colocando como imperativo fundamental, a Mangueira ressaltou a importância dos femininos na linguagem, no discurso e na escrita, quando se ecoou o canto: “Brasil, chegou a vez/ De ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês”. Por que elas devem ser ouvidas? O que as histórias narradas e escritas por mulheres podem ajudar a entender sobre o trabalho reprodutivo?

Entende-se, sobretudo, que abordar o trabalho reprodutivo é, ao mesmo tempo que uma crítica ao capitalismo e a conservação de seu padrão familiar, uma disputa pelo conhecimento. Como conceitua a teóloga Ivone Gebara:

O que chamamos de “conhecimento” é a maneira mais plausível de dizer algo do misterioso que somos e no qual somos. É uma das expressões de nossa maneira reflexiva de existir, de expressar nossas imagens do universo, das relações humanas, percepções, desejos e sonhos (GEBARA, 1997, p.56)

Desse modo, desvalorizar o conhecimento produzido por mulheres se afirma como um objetivo patriarcal-capitalista de impedir que essas atinjam espaços de poder e representatividade e, conseqüentemente, confrontem e dissolvam as imagens de controle estabelecidas. A contadora de histórias nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, assim, alerta para a relação entre história e poder, em que “o poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva” (ADICHIE, 2009, p.12).

Gayatri Spivak, não por acaso, escreve “*Pode o subalterno falar?*” como crítica a história de uma adolescente indiana que teve a causa de sua morte deturpada e romantizada pela família e a sociedade, afirmando a filósofa, portanto, que o “subalterno não pode falar!” (SPIVAK, 2010). Para Spivak, não basta que o subalterno apenas fale; reconhecendo conjuntamente a importância de utilizar das

suas próprias palavras, no seu tempo, do seu modo e, fundamentalmente, que seja ouvido (SPIVAK, 2010, p.89). Se, por um lado, é aceito que o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, logo, o sujeito feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (SPIVAK, 2010, p.67). Nesse sentido, o trabalho das mulheres nas pesquisas históricas, antropológicas e na academia, buscam reverter essa visão falaciosa ao resgatar a importância e protagonismo das mulheres nas revoluções, dos direitos nestas conquistas e como ainda elas permanecem lutando por melhores condições de vida para si e para a coletividade.

Indo além dos textos femininos sobre culinária, pedagogia e contos recreativos, a historiadora Michelle Perrot rompe com os relatos e mediações exclusivas feitas pelos homens (PERROT, 2017, p.186), buscando, portanto, produções feitas por mulheres. Perrot toma o século XIX, na Europa, como o divisor das tarefas e o ponto mais alto da segregação sexual. O racionalismo marcante da época não mediu esforços em definir o lugar dos homens e mulheres na sociedade capitalista. À mulher, cabia o cuidado com a maternidade e a casa, ficando sob responsabilidade do homem como provedor, por meio do trabalho assalariado (PERROT, 2017, p.187). Todavia, as mulheres, em casos de necessidade financeira da família, poderiam desempenhar trabalhos assalariados ou em pequenos serviços, desde que fossem temporários, refletindo em uma baixa remuneração e em tarefas não qualificadas, não podendo desempenhar nada além dos “trabalhos de mulheres” (PERROT, 2017, p.187).

Buscando as mulheres excluídas da história, Perrot dirige sua análise especificamente às donas de casa e sua importância para a economia. Suas vidas eram marcadas por um dever de cuidado. Iniciando no cuidado com a gestação de seus filhos e do marido, as tarefas femininas se estendiam à manutenção da família através da alimentação, limpeza da casa e das roupas, aquecimento e transporte de água (PERROT, 2007, p.189). Sendo assim, a historiadora confirma que sem o trabalho de reprodução e cuidado dessas mulheres, a sociedade do capital não teria se desenvolvido.

Ausentes de um salário, restava a mulher, com ainda o “apoio” das fábricas e indústrias que seus maridos trabalhavam, ter o “direito ao salário do marido”, ou como a historiadora trata, as mulheres eram seu “ministro das finanças” (PERROT, 2008, p.116). No entanto, como Michelle Perrot afirma, “administrar a miséria é, antes de tudo, sacrificar-se” (PERROT, 2007, p.113). Isso se deu para evitar que os

homens gastassem seus salários nas tabernas e faltasse dinheiro para as despesas da família. Assim, a mulher era encarregada não só de cuidar da casa e dos filhos, mas também de controlar os gastos familiares, mas também de fazer com que esse dinheiro, mesmo pouco, desse para as despesas do lar.

A recusa de aumentos de preços dos alimentos é uma das causas das revoltas populares das mulheres encarregadas da reprodução. Cita-se, como exemplos, manifestações pela redução de itens básicos da cesta básica e bloqueios da logística de mercadorias que acabavam sendo confiscadas e pagas. Sendo assim, a resposta feminina era coletiva, em que mulheres se organizavam em prol de suas famílias e da comunidade.

Reafirmada também pela ativista e escritora Selma James que, em conjunto com Mariarosa Dalla Costa, publicaram em 1979 o texto pioneiro *Women and the Subversion of the Community*. James sinaliza como o mito da incapacidade feminina, reforçado por essa mulher isolada, restrita e condenada ao ambiente doméstico e ao salário proveniente do marido, deve ser amplamente combatido (JAMES, 1975, p.64). Tal isolamento, em tal sentido, é explorado por Michelle Perrot ao buscar num espaço incomum na literatura e no ambiente científico os fundamentos de formas comunitárias de organização. Este espaço é o lavadouro.

O lavadouro, mesmo sendo distante do ambiente da casa, se firmou como um espaço de encontro e troca entre as mulheres. Durante a higienização das roupas, as mulheres se reuniam, rompendo com o ambiente solitário e isolado que era a vida dentro de casa. Discutiam sobre assuntos políticos, formas de cuidado, receitas, problemas familiares e se juntavam, com as lavadeiras profissionais, para ajudar às mulheres que necessitavam de alimentos ou outras formas de cuidado (PERROT, 2017). Deste modo, os lavadouros eram o local da assistência mútua, gratuita, onde o feminismo era vivido de forma prática e em desconformidade com o individualismo pregado pela sociedade capitalista. Os aspectos políticos do lavadouro são trazidos por Michelle Perrot quando reconhece que:

No lavadouro, enfim, por vezes esboçam-se formas de organização originais. As lavadeiras profissionais estão entre as assalariadas mais turbulentas, prontas para a aliança e a greve, tanto em Paris como no interior, profundamente mescladas às febres da cidade. Em 1848, as lavadeiras parisienses formaram uma associação, lançaram cooperativas e, principalmente em Bondy, acolheram em suas fileiras as mulheres – muitas vezes prostitutas – saídas da prisão de Saint-Lazare, assim como os militares fugidos da prisão militar de Saint-Germain-en-Laye, que, a favor da Revolução, tentam viver de outra forma. Apaixonante e breve

experiência. Suficiente para suscitar a irritação do poder. (PERROT, 2007, p. 98)

A irritação do poder, se depender das mulheres, será permanente. As mulheres do século XIX, citadas por Perrot, avançam no debate sobre as condições do trabalho reprodutivo e sua possibilidade de remuneração. Tendo como suas maiores mobilizadoras as já citadas Mariarosa Dalla Costa e Selma James, e outras como Silvia Federici, o movimento *Wages for housework*, que tem suas bases na década de 60, merece considerações sobre sua potência ao pensar a reprodução social.

Reivindicando salários para o trabalho doméstico, tal movimento inspira e ganha força através da pressão de mães, em sua maioria afrodescentes, que exigiam do Estado, salários para o cuidado de seus filhos. Com bases teóricas no marxismo e movimentos anticoloniais, a problemática do trabalho doméstico ganhou dimensões de como compreender a exploração que as mulheres sofrem no capitalismo. Silvia Federici mostra como as contribuições do movimento anticolonialista ampliaram o espectro marxista do trabalho, antes visto apenas pela sua produção nos limites das fábricas, para reconhecer que “a casa e o trabalho doméstico não são estranhos ao sistema fabril, mas sim a sua base” (FEDERICI, 2019, p.23). Por conseguinte, os trabalhadores das fábricas não são tidos mais como os únicos sujeitos do processo revolucionário, dando assim espaços de visibilidade para os excluídos, escravizados e os trabalhadores que não recebem salários, como a mulher que cuida dos serviços domésticos e dos filhos (FEDERICI, 2019, p.23).

Cabe citar, como aponta Federici, que o movimento *Wages for Housework*, mesmo sendo um movimento de esquerda que luta por pautas revolucionárias, não deixa de sofrer críticas na própria esquerda. A organização e posição autônoma que assumem as mulheres em suas reivindicações fazem com que parte da esquerda ortodoxa se sinta ameaçada, por essas ações contrariarem o que a esta tomou historicamente como “sujeitos revolucionários” e o terreno da “luta de classes” (FEDERICI, 2019, p.63), espaço restrito aos homens e ao chão da fábrica. Nesse sentido, é reafirmado que

O fundamento político da *Wages for Housework* é a recusa dessa ideologia capitalista que equaciona não assalariamento e baixo desenvolvimento tecnológico com atraso político, impotência e, em última instância, com a



necessidade de sermos organizadas pelo capital como uma precondição para a nossa própria organização. É a nossa recusa em aceitar que, porque não somos assalariadas ou porque trabalhamos em níveis técnicos mais baixos (e essas duas condições estão profundamente conectadas), nossas necessidades devem ser compreendidas como distintas das do restante da classe trabalhadora. (FEDERICI, 2019, p.65-66)

O movimento ao tomar dimensões internacionais e, com isso, mobilizar milhares de mulheres, começa a disputar com o Estado, como aconteceu em 1977 nos Estados Unidos, a pressão pelo auxílio, que recomendaram chamar de “salário”. A luta de mães que tinham benefícios da assistência social, neste sentido, não seria exclusivamente para colocar a pauta do salário doméstico como uma questão de pobreza, mas de, como foi trazido anteriormente com Perrot, negar que o trabalho das mulheres fosse organizado como integrante do salário masculino (FEDERICI, 2019, p.95). Adiante, será tratado como a organização do trabalho feminino e sua recusa no espaço doméstico e da família foram respondidos pela ofensiva do capital.

### **3. A MULHER E A FAMÍLIA: a teoria da reprodução social**

Como negação do papel histórico e social atribuído às mulheres de serem donas de casa e cuidar apenas da reprodução dos filhos, essas vão em busca de um trabalho fora do ambiente do lar. Um dos principais motivos mencionados pelas mulheres é que o trabalho fora de casa torna-se necessário pelo salário do marido não ser suficiente para todas as despesas (JAMES, 1975, p.84). Selma James, assim como Michelle Perrot, assinalam os desafios e esforços para fazer com que a vida e sustento da família tenham de caber apenas em um salário, no caso, o do homem. Tendo de caminhar por longas distâncias em busca do menor preço para alimentos, de fazer com que os alimentos rendessem até o próximo salário, dentre tantos outros desafios, a mulher não só suportava a parte mais dura, mas também era a primeira a se privar, esquecer suas necessidades, em prol da família (JAMES, 1975, p. 85). Entretanto, sair para o mercado de trabalho não significaria que o trabalho doméstico seria diretamente delegado a outra pessoa. Normalmente, ambos trabalhos integram a jornada dupla da mulher, mantendo a exploração sem tréguas.

A socióloga Heleieth Saffioti evidencia, com dois importantes aspectos ao trabalho reprodutivo, a participação da mulher nas esferas da produção do mercado de trabalho formal. As mulheres, para Saffioti, ao adentrar espaços de trabalho antes só masculinos, geravam revolta por parte destes (SAFFIOTI, 2013, p.74). Tidas pelos industriais homens franceses do século XIX como concorrentes, e a causa de desempregados, estes agiam com violência frente à permanência da mulher dividindo o mesmo espaço de trabalho. Quebrando máquinas, fazendo greves cada vez que uma mulher era admitida, os homens queriam se manter e reafirmar como os únicos possíveis provedores da casa, cabendo às mulheres apenas cuidar da casa, dos filhos e ser submissa ao marido (SAFFIOTI, 2013, p. 75). A economia acaba se transformando, nesse sentido, por até então as mulheres serem agentes da economia, esta que usava das mulheres para reproduzir as relações econômicas existentes (ROSEMBERG, 2003, p. 42). Todavia, como bem pontua a psicanalista argentina Martha Rosemberg:

Nesse sentido, e para pensar algumas questões econômicas na perspectiva da subjetividade, tomei um parágrafo de uma feminista inglesa, que diz o seguinte: "Se você tirar da família todos os suportes que a religião e a moral despojaram do verdadeiro ou falso apelo que o romance romântico lhe confere, restará ainda o fato prosaico e indiscutível de que o negócio de gerar, parir e gerar filhos é o mais essencial dos negócios nacionais; se não fosse feito, o mundo estaria deserto em menos de um século". (ROSEMBERG, 2003, p.42, tradução livre)

Rosemberg, também uma das fundadoras da Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito, explora o terreno da procriação e sua relação com o trabalho reprodutivo. Para ela, a mística da procriação, por não ser um assunto explorado pelas ciências sociais e econômicas, acaba sendo ainda associado à natureza ou Deus, não a compreendendo como produto das relações sociais (ROSEMBERG, 2003, p.42). Os discursos sociais sobre a maternidade, por exemplo, como aponta a psicanalista, se centralizam em torno do filho, porque isto significa que se segue o esquema capitalista de focar no que se vende como produto final à custa de ocultar o processo de produção (ROSEMBERG, 2003, p.43).

Deste modo, busca-se, com a teoria da reprodução social, revelar a face produtiva, não tão oculta, do trabalho reprodutivo. Para conceituar a reprodução social é necessário entendê-la como uma formulação relativamente nova, mas cuja sua existência perdura desde o pré capitalismo. Enquanto conceito, este emerge de variadas linhagens políticas e teóricas, que incluem o feminismo operário italiano,

européu ocidental, socialista norte americano e marxistas-feministas canadenses, e correntes políticas autônomas e indígenas na América Latina (ARRUZZA, 2020, p. 2). A reprodução social, em tais perspectivas, é condição primária de extração e acumulação sob o capitalismo, nos quais as lutas em seus terrenos são fundamentais para a resistência política contra eles (ARRUZZA, 2020, p.2).

Partindo de uma visão marxista, a teoria da reprodução social assume ausências da teoria de Marx por esta se preocupar mais com a “classe” em detrimento do gênero (BHATTACHARYA, 2013, p. 101). Mesmo que Marx trate da força de trabalho como a “mercadoria especial” fundamental para movimentar e sustentar o capital, o autor se silencia em como essa força de trabalho é gerada (BHATTACHARYA, 2013, p.102). Como acrescenta Silvia Federici:

O mais importante é que Marx não reconheceu a centralidade do trabalho reprodutivo na acumulação capitalista nem na construção da nova sociedade comunista. Embora tanto ele como Friedrich Engels tenham escrito sobre a dramática situação na qual viviam e trabalhavam os operários ingleses, Marx praticamente naturalizou o processo reprodutivo sem nem sequer esboçar ou vislumbrar como deveria ser sua reorganização em uma sociedade pós-capitalista e/ou durante o próprio desenvolvimento da luta. Por exemplo, Marx descrevia o processo de «cooperação» somente dentro do processo de produção de mercadorias, ignorando as formas qualitativamente diferentes de cooperação proletárias dentro dos processos de reprodução que mais tarde Piotr Kropotkin denominaria como apoio mútuo. (FEDERICI, 2015, p.107-108)

Uma das analistas da reprodução social, a feminista marxista Lise Vogel, conjuntamente com outras marxistas, criaram a “teoria da reprodução social”, esta que não descarta a possibilidade de uma leitura heterodoxa e insurgente de Marx (BHATTACHARYA, 2019, p.103). Seus principais argumentos são de que tal teoria evidencia como a produção de bens e serviços é integrada à produção da vida (BHATTACHARYA, 2019, p.103). Para isso, entendem que a força de trabalho se reproduz em três processos interconectados: atividades que regeneram o trabalhador fora da zona de produção, atividades que mantêm e regeneram os não trabalhadores (idosos, crianças e desempregados) e a reprodução dos ditos trabalhadores frescos (recém nascidos) (BHATTACHARYA, 2019, p. 104).

Tithi Bhattacharya assim entende que o capitalismo tem consciência da importância da reprodução pelas mulheres para a manutenção de seus lucros e exploração. Dessa forma, ele atua para destruir as políticas assistenciais do Estado, conquistadas por lutas sociais, para que mantenha o fardo do cuidado para as

mulheres das famílias, deixando a classe trabalhadora cada vez mais vulnerável à resistência contra formas de exploração (BHATTACHARYA, 2019, p. 108). No entanto, não é negado o silêncio do marxismo ortodoxo à justiça de gênero, que deve sim ser superado, mas não se deve desconsiderar seu modelo como a melhor forma de entender a opressão sob o capitalismo e, portanto, os atacar (BHATTACHARYA, 2019, p.102).

#### **4. A MULHER E O CAPITALISMO: formas de resistência**

A quem interessa que a mulher continue realizando trabalhos reprodutivos? Pretende-se mostrar que seu maior interessado é o capitalismo. O movimento *Wages for housework* pode ser o melhor exemplo para explicitar o domínio que o capitalismo quer ter no ambiente doméstico e na regulação do corpo feminino. Com a crise do capital nas décadas de 70 e 80, o capitalismo buscou desmanchar o estado de bem estar social, representado pelo auxílio do Estado em políticas assistenciais, ao instituir o que se convencionou chamar de neoliberalismo. Marcado pela privatização dos direitos sociais e o corte de programas assistencialistas, o capital apontou não o declínio do consumo e excesso de produção, mas as mães e beneficiários de programas sociais como responsáveis pela crise instalada (FEDERICI, 2019). A cientista política estadunidense Wendy Brown, nesse sentido, confirma como a relação entre Capital e organizações religiosas, em prol do retorno do marido e do homem como único provedor, objetiva não só manter os direitos sociais privatizados, mas esconder que o trabalho reprodutivo merece ser reivindicado e pago (BROWN, 2019).

Tithi Bhattacharya aquece o debate ao trazer dados econômicos sobre o trabalho reprodutivo. Segundo a autora, baseada nos dados da Revista Forbes, caso o trabalho doméstico não-remunerado fosse incluído no PIB dos Estados Unidos, em 2010, este teria sido elevado em 26% (BHATTACHARYA, 2019, p. 104). No entanto, não foram considerados nessa base de cálculos os cuidados psíquicos e apoio para todos da casa, o que faria esse percentual aumentar. Frente a isso, não se pode negar a essencialidade em pensar em que medida o trabalho de reprodução social beneficia o capital por ele não ter nenhum custo, apenas lucro.

Cabe ressaltar que o trabalho de reprodução social não só se restringe ao aspecto nacional, mas pode ser contestado a partir da divisão internacional do trabalho. Esta, quando mantém também a divisão sexual do trabalho, ajuda a

manter e conservar a mão de obra barata para os países do norte global (SPIVAK, 2010, p. 68). A globalização e sua nova divisão internacional do trabalho atingem o trabalho reprodutivo muito mais abruptamente por causa dos ajustes estruturais nos países do sul-global. Dado o capitalismo, em geral, piorar as condições de vida e sobrevivência dos seus subalternos, resta como única alternativa, principalmente às mulheres, a imigração para países do norte-global. Mesmo sendo imigrantes pobres, em tais países, os governos do norte-global veem como benéfico a presença dessas mulheres, visto que economizam bilhões de dólares que teriam que pagar em serviços de assistência (FEDERICI, 2015, p. 102). Servindo como babás, domésticas e cuidadora de idosos, as mulheres do sul-global têm de abandonar seus filhos e famílias, recorrendo ao pagamento de familiares ou outras pessoas (principalmente mulheres) para desempenharem seu trabalho reprodutivo com os seus filhos, pais, parentes, enquanto vão em busca de trabalho e remuneração. Entretanto, pela desvalorização global do trabalho reprodutivo, aliado à condição de imigrantes ilegais, essas mulheres são ainda mais fragilizadas e inferiorizadas por uma alta jornada de trabalho, sem registro formal e direitos trabalhistas, além de vítimas de racismo e abusos sexuais (FEDERICI, 2015, p. 103).

Diante de tais fatores, Cinzia Arruzza, ao trazer as mobilizações argentinas, dimensiona a crítica ao trabalho reprodutivo de maneira mais ampla. Sob os slogans de “Nós nos queremos vivas” e “Somos movidas pelo desejo”, as feministas argentinas lutam pelo desejo de prolongar e cuidar delas e de outras vidas, como também de criar aqui e agora o mundo na qual querem viver (ARRUZZA, 2020, p. 3). Dessa maneira, constroem uma revolução sensata que é inseparável do terreno material.

A economia feminista é sim uma conquista política, em que a demanda por um salário se apresenta como um terreno disputado, por romper com as hierarquias entre os produtivos e reprodutivos (ARRUZZA, 2020, p. 4). É em Silvia Federici que essa análise se torna mais clara e trabalhada. Um salário feminino então não seria como a conquista da administração do salário do marido, como Perrot traz historicamente (PERROT, 2006, p. 194), mas utilizar da luta pelo salário doméstico para revolucionar e entender que este é a única perspectiva revolucionária ao feminino (FEDERICI, 2019, p. 41). Outra contribuição de Federici é compreender a manipulação do capitalismo que fez com que o serviço doméstico fosse vinculado à

natureza do feminino, ou redirecionando ao “amor”, o qual a autora tratará o negando, preferindo conceituar como “trabalho não pago” (FEDERICI 2019, p. 43). Nesse aspecto, o capital consegue não só extrair nosso trabalho de maneira não remunerada, mas, ideologicamente, tentar que aceitemos esse local como “a melhor coisa da vida” (FEDERICI, 2019, p.45). Silvia Federici menciona, em relação ao capital, que mesmo a ciência e a tecnologia desenvolvidas por este não é capaz de resolver a problemática do trabalho reprodutivo (FEDERICI, 2015, p. 114). Isto decorre de que o trabalho reprodutivo não é apenas composto por atividades mecânicas de reprodução como varrer ambientes, lavar roupas e cozinhar alimentos, tendo de ser incluída sua dimensão de cuidado, ligada aos aspectos afetivos, emocionais. Dirigindo suas análises para o cuidado dos idosos, a filósofa italiana não acredita que robôs sejam capazes de oferecer um real cuidado com tais pessoas, pelo automatismo não poder “dar conta dos sentimentos- medo, ansiedade, perda de identidade e da própria dignidade” (FEDERICI, 2015, p. 109), fatores que são experimentados na velhice.

Como resposta ao trabalho reprodutivo, já que é nesse espaço que nós, enquanto mulheres, reproduzimos e cuidamos da força de trabalho para o capital, é nesse espaço em que nossa luta se inicia. Ao exigir salários, num primeiro momento, as mulheres que realizam o trabalho reprodutivo rompem, negam, desobedecem a história que a negou a importância e o reconhecimento devidos. A exigência do salário, como assinalam as teóricas da reprodução social, não é o último passo, ou uma medida que pudesse soar como reformista pois, ao exigir o pagamento deste, elas afirmam ao capitalismo que, sem elas, ele não é capaz de produzir riquezas e acumulação. Mariarosa Dalla Costa, ademais, compreende que as lutas não são por um trabalho doméstico, para que as mulheres permaneçam isoladas em casa na esperança de um salário que não seria suficiente para nada (DALLA COSTA, 1975, p.45). Dessa forma, para Dalla Costa, a luta contra o trabalho reprodutivo é, também, uma luta para se ter tempo livre, para a organização feminina em prol de uma nova identidade, e significa que:

[...] nos, as primeiras em ser excluídas estamos lutando para que todas as outras pessoas que estão incluídas, possam reapropriar-se da riqueza social, se reintegram a nós e todos juntos aos homens, sem depender uns dos outros mas sim autonomamente, tal como as mulheres queremos para nós, posto que sua exclusão do processo social diretamente produtivo, da existência social, tem sido criada como a nossa, pela organização capitalista (DALLA COSTA, 1975, p. 50)

## 5. CONCLUSÃO: a desobediência ao trabalho reprodutivo

Ao final deste artigo, que pode ser tratado também como um itinerário, foi possível introduzir três espaços importantes vistos pela lente do trabalho reprodutivo. Na história, na família e no capitalismo só é possível a realização da presente análise porque mulheres das mais variadas regiões, idades, tempos, resolveram “desobedecer”.

Ao desobedecer a história, as mulheres negaram ser objetos, sujeitos silenciados, confinadas no espaço doméstico e cuidando da reprodução da sociedade, querendo ser ouvidas, lidas e se organizarem. Tanto é que essas mulheres lutaram para combater o aumento de preços, por melhoria na qualidade de vida e por salários para o trabalho doméstico, como se citou o movimento *Wages of Housework*.

Ao desobedecer a família, as mulheres foram contrárias a ficar em casa e viverem subordinadas ao salário dos maridos, mesmo sofrendo pressões e violências ao ingressarem no mercado de trabalho em busca de remuneração para complementar a renda familiar e buscar sua independência. Deste modo, as teóricas da reprodução social surgem e se internacionalizam ao buscar compreender, não negando o marxismo, mesmo que este seja silencioso quanto ao gênero feminino e o trabalho reprodutivo, a importância de ser reivindicada formas de se combater a visão patriarcal de que as mulheres devem ficar isoladas em casa.

Ao desobedecer ao capital, por fim, as mulheres exigem que este pague pelo trabalho reprodutivo e de cuidado por elas realizado. No entanto, como se evidenciou, o salário pelo trabalho doméstico não tem a finalidade de esgotar a problemática do trabalho reprodutivo, mas de questionar que sem as mulheres o capitalismo e nem a sociedade se sustenta. Assim, é valorizado que sejam repensadas novas formas de organizações sociais, não baseadas na lógica de compra e venda, e sim em formas dignas e não exploratórias de viver.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.

ARRUZA, Cinzia. **The Politics of Social Reproduction. An Introduction**. CLCWeb, Vol. 22 (2020), Iss. 2. Indianapolis. 2020.

BHATTACHARYA, Tithi. **O que é a teoria da reprodução social?**, Ed.32, Revista Outubro, São Paulo, 2019.

DALLA COSTA, Mariarosa, JAMES, Selma. **El poder de la mujer y la subversión de la comunidad**. México:Veintiuno editores. 1975

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução Coletivo Sycorax. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Sobre o trabalho de cuidado de idosos e os limites do marxismo**. Nueva Sociedad. Editora: Buenos Aires, 2015

HIRATA, HELENA. **O TRABALHO DE CUIDADO**. SUR 24 - v.13 n.24. Disponível em:

<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/5-sur-24-por-helena-hirata.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2022.

PERROT, Michele. **Os excluídos da história**. 4ªed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. 1ªed. São Paulo: Contexto, 2008.

ROSENBERG, Martha. **Lo 'productivo' del trabajo reproductivo**. Buenos Aires: CLACSO. Disponível em:

<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101012021402/5rosen.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2022.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** 1. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010